

Igualdade que se constrói no dia-a-dia

Mais do que nunca as mulheres são agentes da história e não devem aceitar os resquícios de discriminação e preconceito de uma sociedade que as quer submissas ao patriarcalismo. Para lutar por igualdade é preciso rever conceitos e dismantlar os roteiros que querem nos impor



Nesta foto, das diretoras do Sinpro, nossa homenagem a todas as professoras, sem as quais a luta sindical não seria possível

É inegável que a luta das mulheres pode comemorar muitos avanços. Mas muito ainda há para se fazer se quisermos realmente acreditar numa sociedade mais igual e não discriminatória.

Talvez a principal mudança que deva ocorrer seja cultural. Até mesmo nós mulheres, profissionais bem resolvidas, mães, companheiras, conscientes de nos-

so papel, nos pegamos reproduzindo padrões machistas que somente nos desvalorizam. Parece que, junto com a maravilhosa possibilidade de gerar um outro ser, as mulheres ganharam também uma culpa atávica pelos males do mundo, o que nos leva a acreditar que temos que dar conta de todas as tarefas que nos

são impostas e ao mesmo tempo esperar o nosso macho, linda, perfumada, perfeita...

Aliás, a ditadura da beleza que impõem hoje à mulher é uma das mais sutis formas de violência. E dá-lhe silicone, dietas malucas, lipos, tudo para nos enquadrarmos em um padrão de beleza inatingível, das modelos globais es-

tampadas nas revistas de futilidades. E seguimos incansáveis na tarefa de sermos perfeitas, acreditando mesmo que sem esse padrão não é possível viver de maneira plena. E aí aceitamos que o homem nos maltrate, nos menospreze, nos trate com desatenção e indiferença. São pequenas violências que permitimos no dia-a-dia

que abrem as portas para a violência física e psicológica que nos ainda hoje atinge mulheres de todas as camadas sociais.

É como naquele poema de Maiakovski, como não fazemos nada no início, já não podemos fazer nada quando roubam a nossa essência. Por atingir igualmente a todas as mulheres, é preciso que a luta tam-

bém seja coletiva, solidária e em busca de relações afetivas e profissionais que não reproduzam esse padrão de desvalorização ao qual estamos acostumadas. Nesse sentido, no 8 de março, mais do que flores, queremos o reconhecimento e o respeito às nossas diferenças, fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

Professor Nota 10
expõe falta de
responsabilidade
do GDF
Página 2

Professores discutem
mudanças no ensino
de artes.
Página 3

Secretarias do
Sinpro divulgam
eventos para
o 1º semestre.
Página 8



Artigo

Quando a mídia é negativa para a educação

Os meios de comunicação são onipresentes em nosso meio, portanto, não podem ser ignorados pelo sistema educacional. Diante desse contexto, como fica o educador ao se deparar com um bombardeio diário de informações?

No campo da comunicação, o Funcionalismo foi a corrente teórica que tentou mapear as funções dos meios na sociedade logo depois da I Guerra Mundial. Essa corrente, inicialmente, pregava que os receptores eram diretamente afetados pelos estímulos produzidos pela mídia e ignorava a influência de outros mediadores como a família, a escola e a igreja no processo de recepção das notícias.

Após os anos 1930, houve relativização do poder dos efeitos da mídia sobre a sociedade e a percepção de inúmeros mediadores, além dos meios de comunicação. Atualmente, há uma retomada de consciência sobre o poder de influência da mídia no meio social. Esse dado pode ser percebido entre os profissionais da educação também. Há um crescente aumento do uso de mídias (jornal, rádio, televisão, internet) em ambientes escolares. É mais uma demanda que surge para o professor atuar “com eficiência” em sala de aula. Não se pode negar que não dá pra ficar fora desse processo de evolução tecnológica continuada.

Em pesquisa realizada em 2001, no Centro de Ensino 06 de Sobradinho, pôde-se identificar algumas “disfunções” provocadas pelos meios de comunicação entre um grupo de educadores da escola, já mapeadas anteriormente por teóricos da comunicação (ver tabela).

Algumas funções como informação, socialização, motivação, debate e diálogo, educação, promoção cultural, distração e integração foram mapeadas pela Unesco e identificadas pelos educadores também.

Mesmo considerando que os estudos funcionalistas trataram de forma simplista e linear os efeitos e funções que a mídia poderia ter no ambiente social, algumas funções e disfunções, ora apresentadas, foram percebidas durante a pesquisa na escola. No entanto, é importante destacar que as causas e as respectivas funções que a mídia teria na sociedade não podem ser identificadas por causa do grande número de variáveis que esse tema envolve. Identificar as causas que determinadas funções teriam seria um tanto

1948
Lasswell - transmissão do legado social;
- correlacionamento dos componentes da sociedade para se ajustarem ao meio.

1948
Lazarsfeld e Merton - reafirmação das normas sociais;
- disfunção narcotizante das pessoas.

1968
Lazarsfeld e Merton - função moralizante, quando fortalece o controle social sobre os membros individuais da sociedade, revelando ao público, desvio de comportamento;
- as notícias poderiam provocar ansiedade na audiência;
- poderiam causar apatia e falta de iniciativa;
- causariam controle social, impediriam mudanças e aumentariam o conformismo social;
- manteriam o status quo.

1983
Unesco - falta de veracidade das informações, manipulação da sociedade pelos meios que podem fomentar a “domesticação do espírito”.

presunçoso, pois quem poderia garantir que a causa de uma apatia e conformismo social ou profissional seria responsabilidade da mídia e não uma combinação de origem sócio-política, biológica, econômica e/ou cultural.

Mesmo com essa ressalva, educadores relataram, em discussão na escola, que se sentem impotentes diante da avalanche de notícias negativas sobre o Brasil e sobre o mundo. De um lado, a exposição a essas notícias provocaria um estado de apatia e de desânimo diante das dificuldades enfrentadas no dia-a-dia e uma falta de perspectiva para o futuro. E, de outro lado, poderia provocar também certa ansiedade por causa das exigências mercadológicas, pessoais – de estética e formação pessoal, por exemplo.

Em ambientes escolares, a notícia também é utilizada como uma forma de conhecimento. Esse conceito foi trabalhado por Eduardo Meditsch e é, de certo modo, utilizado pelas escolas ao in-

serirem as notícias em sala de aula. Celèstin Freinet (1896-1966) foi um dos primeiros educadores, na França, a utilizar didaticamente o jornal em ambientes escolares. Desde então essa prática tem sido cada vez mais constante. Mas saber qual é a relação entre esses meios, os educadores e os alunos é importante já que a mídia está, cada vez mais presente no meio social, inclusive, na escola.

A utilização desses meios aliados ao conhecimento científico, reflexão e ação, pode ser uma proposta de quebra do sentimento de apatia junto a educadores e alunos, caso esse tipo de

sensação se estenda a eles também. Ao estabelecer uma relação mais direta entre informações, teorias e suas aplicações na prática, vislumbrando uma resposta, pode-se provocar um efeito animador e mais palpável junto a educadores e alunos. O inconformismo com relação aos problemas sociais, a capacidade de indignação diante de questões aparentemente imutáveis como miséria, fome, desemprego, violência – pode ser estimulada na escola. Assim há expectativa de se evitar um fenômeno detectado pelos educadores de Sobradinho como “banalização”. Esse conceito aplica-se à banalização da violência, da fome, do desemprego – seria a conformidade diante de situações que caíram no senso comum, caíram na rotina do dia-a-dia e por isso nos acostumamos com elas, por mais brutais e indignas que sejam. Nota-se que há o estímulo dos órgãos públicos, inclusive do MEC e de organizações da sociedade civil, em estimular projetos que valorizem políticas de responsabilidade social a serem implementadas nas escolas e pelas escolas, seja da rede pública ou particular e em diferentes níveis de atuação.

Esse fenômeno pode estreitar os laços entre a educação e a sociedade, promover uma reflexão continuada sobre a importância da ciência para a evolução humana e social, e dessa maneira, sair do conformismo que impede os avanços. Laços de afetividade, de comunidade, de consciência e de cidadania podem quebrar o ciclo negativo da apatia e da impotência diante de problemas sociais. E escola e a família são instituições fundamentais nesse processo de construção da dignidade humana.

Roseli Araújo Batista
Professora da Secretaria de Educação, Mestre em Comunicação - UnB

Editorial

Professor Nota 10/Uniceub

No limite da irresponsabilidade

A formação continuada dos professores tem sido uma luta que se confunde com a própria história em busca de melhoria econômica, de melhores condições de trabalho e com a própria defesa da educação.

Em 1996, com a promulgação da lei 9.394 (Lei de Diretrizes da Educação), todos os estados e o DF passaram a ter a obrigação de ofertar por um prazo limitado curso superior a todos os professores do país. Em Brasília, a partir 1999, o processo de formação continuada ganhou fôlego com a primeira turma do PIE - Professores em Início de Escolarização, na UnB. O fato é que a parceria construída com a UnB foi rapidamente abortada por interesses que nada têm a ver com a qualidade do ensino e da formação continuada dos professores.

Manter o curso na UnB demonstrava valorização da universidade pública, o que infelizmente não é e está longe de ser prioridade do GDF. Recentemente, a Secretária de Educação do DF declarou que o curso foi retirado da UnB por questões políticas. Que o GDF não tem menor interesse em valorizar o ensino público não é nenhuma novidade, agora utilizar estes argumentos e de forma autoritária transferir os alunos sem fazer sequer uma consulta prévia, é no mínimo desrespeitoso.

Os dois mil alunos formados pela Universidade de Brasília representaram um investimento de R\$ 1,1 milhão, com um universo de 50 professores exclusivos para o curso. Enquanto isso, o curso do Uniceub com três mil alunos custou cerca de R\$ 34 milhões, ou seja, proporcionalmente um valor 20 vezes maior que o curso da UnB. Resta saber que reais motivações leva-

ram o GDF a cercar as relações com a UnB no tocante a formação continuada e optar por um gasto no Uniceub que daria para equipar todas as escolas com no mínimo 10 computadores. Outra questão é a mercantilização da educação no DF.

O problema é que a falta de compromisso do GDF com a formação dos professores faz mais de três mil educadores pagarem pela incompetência da Secretaria de Educação. Desde julho de 2005, os professores têm procurado a imprensa, o Sindicato e o próprio parlamento para garantir reconhecimento do seu diploma de curso superior em pedagogia, concluído no Uniceub, e conseqüente titulação na carreira. Finalmente, pela intensa articulação de autoridades, parlamentares e do Sinpro-DF conseguimos que o MEC reconhecesse a habilitação dos professores que se formaram no UniCeub, através da portaria 538 publicada em 20 de fevereiro de 2006, reconhecendo a habilitação dos professores.

Por outro lado, é preciso discutir quais os verdadeiros interesses da negligência da Secretaria de Educação do DF em não correr atrás dos direitos dos professores nesta questão. É importante lembrar que primeiro foi preciso que os professores terminassem o curso para o GDF tentar perceber a importância da formação continuada. O pior é que até agora não percebeu e se finge de estátua para justificar sua imobilidade.

Vale destacar que cada professor recebe em média um incentivo financeiro de aproximadamente R\$ 500 após a apresentação do diploma. Por falar em dados financeiros, vale frisar que cada professor já teve um prejuízo aproximado de R\$

4 mil de julho até o momento. Considerando-se que em julho do ano passado formaram-se três mil professores, significa que o GDF deixou de pagar para os professores cerca de R\$ 12 milhões.

Os professores e o Sindicato estarão vigilantes para que mais nenhum prejuízo possa afetar os educadores, que ao invés de comemorarem com plenitude a realização de um curso superior, ficaram atônitos e espantados com a tamanha falta de responsabilidade da Secretaria. Fica aí uma pergunta: a Secretaria de Educação vai arcar com os prejuízos financeiros e até mesmo morais que os professores estão passando? Uma coisa é certa: enquanto se valorizar mais a propaganda do que a educação, sempre seremos “Super-Heróis”, porque fazer educação com o menor salário de nível superior do GDF, jornada de até 60h/semana, 50 alunos/sala, completa falta de democracia na escolha das direções das escolas, falta de estrutura pedagógica e até mesmo imposição de professores no horário de coordenação para entrarem em sala, é de fato uma tarefa desumana.

Enquanto a Educação não for observada com um olhar transformador, como um instrumento de construção de uma sociedade mais justa e igualitária, estaremos sempre lutando para que os direitos dos educadores e da educação em geral sejam respeitados.

Final de contas, lutar é um ofício inerente a todos educadores que sonham e jamais se entregam às dificuldades e desafios na perspectivas de construir novos caminhos e horizontes para a sociedade.

Carlos Garibel
Diretor de Saúde do Sinpro-DF

Cartas e e-mails

Cumprimentos
Quero cumprimentá-los não só pela notícia da futura sede do Sinpro-DF, como também pela entrevista de Rubem Alves, concedida ao diretor de Imprensa Nonato Menezes. Parabéns a todos! Rubem Alves, por mais que se leia, nunca a gente esgota o prazer da leitura.

No texto final, não sei se estou equivocada, senti que ele, o grande mestre, “saiu pela tangente” quando alega que precisa pensar sobre algumas questões...

Grande abraço,
Lygia Dias de Toledo
Ex-professora do Elefante Branco (aposentada) e bibliotecária.

Endereços para esta coluna:
Sede: Setor Comercial Sul, Quadra 3, Bloco A, nº 107/111 - CEP: 70.300-500 - Brasília-DF. A/C da Secretaria de Imprensa
Fax: 3218-5631 - e-mail: imprensa@sinprodf.org.br

Monografias

A partir desta edição abrimos espaço para você, que fez ou está concluindo mestrado ou doutorado, publicar em nosso jornal uma síntese da sua monografia. É o **Quadro Negro** cada vez mais aberto para a categoria. Os endereços para contato estão acima.

Diretoria Colegiada do Sindicato dos Professores no DF		
Adalberto Duarte de Oliveira	Gilza Lúcia Camilo Ricardo	Maria José Correia Muniz
Andreia Cristina Souza	Ibson Veloso Bernardo	Misael dos Santos Barreto
Antonio Ahmad Usuf Dames	Isabel Portuguez de S. Felipe	Nazira Clotilde da Silva
Antônio de Lisboa A. Vale	Izac Antônio de Oliveira	Nelson Moreira Sobrinho
Berenice Darc Jacinto	Jalma Fernandes de Queiroz	Raimundo Nonato Menezes
Carlos Antoneto de S. Lima	José Antônio Gomes Coelho	Rejane Guimarães Pitanga
César Santos Ferreira	José Norberto Calixto	Robson de Paiva Salazar
Cláudia de Oliveira Bullos	José Raimundo S.Oliveira	Rosilene Corrêa Lima Miranda
Cláudia M. Amaral de Souza	Lânia Maria Alves Pinheiro	Rosimeire do Carmo Rodrigues
Cleber Ribeiro Soares	Márcia Gilda Moreira	Sebastião Honório dos Reis
Denilson Bento da Costa	Marco Aurélio G. Rodrigues	Valdenice de Oliveira
Francisco Barbosa	Maria Augusta Ribeiro	Valesca Rodrigues Leão
Francisco Joaquim Alves	Maria Bernardete D. da Silva	Washington Luis D. Gomes

Sinpro-DF: sede: SCS, Quadra 3, Bloco A, nº 107/111 - CEP: 70.300-500 - Brasília-DF Tel.: 3218-5601/ Fax: 3218-5607 (Organização), 3218-5631 (Imprensa), 3218-5619 (Jurídico) Subsede em Taguatinga: CNB 4, lote 3, loja 1. Telfax : 3562-4856 e 3562-2780 Subsede no Gama: SCC, bloco 3, lote 21/39, sala 106. Telfax: 3556-9105 Site: www.sinprodf.org.br e-mail: imprensa@sinprodf.org.br Secretaria de Imprensa: Lisboa, Nonato e Valeska Jornalistas: Afonso Costa e Junia Lara Fotografia: Welber Souza - Diagramação: Wellington Impressão: Gráfica Plano Piloto - Tiragem: 32.000 exemplares Distribuição gratuita. Permitida a reprodução desde que citada a fonte	
--	--

Debate

É uma boa alternativa obrigar a não divisão do ensino de Arte nas Escolas o DF, como propõe a Portaria 30?

S I M É BOM PORQUE IRRITA

Gostaria de descobrir se alguém neste mundo em algum momento da História se tornou artista por obrigação. Rembrandt teria produzido Danae (1636) por obrigação, porque alguém o ameaçou, caso não pintasse aquela tela? Villa Lobos nos deixou as *Bachianas* brasileiras por não ter que se submeter ao vexame de qualquer castigo? E a Cacilda Becker com sua “Adorável Júlia” tremeu diante de ameaças e por isso representou tão bem?

Meu desejo de encontrar alguém que tivesse passado por isso, reside em querer compreender a função de Educação Artística na escola. Por que a Arte como “atividade” humana é teimosamente ensinada como “disciplina” no nosso ensino Básico? A Música, a Arte Cênica e a Arte Plástica, em separado, ou como um único componente curricular possibilitaria a formação de artistas, sendo obrigatório como sugere

a lei? Ou não é essa a intenção - formar artistas?

No atual contexto de dificuldades que vivemos no ensino público do Distrito Federal, a Secretaria de Educação nos presenteia com mais uma novidade: impedir, por meio de portaria, que as escolas separem a disciplina Educação Artística nas três dimensões mais usuais, segundo os interesses dos estudantes e as relativas facilidades pedagógico-metodológicas para os professores.

A lei obriga as escolas a terem Arte, ainda bem que não sugere se a Arte da Guerra ou se a Arte de Amar e por isso as escolas menos resistentes optam por dividi-la em Cênica, Plástica e Música, numa tentativa de dar aos estudantes aquilo que nos pare-

ce óbvio: adotar a Arte como um espaço para a criação da cultura.

Assim, nada mais humano a Música ser para quem tem potencial, jeito e se descobre como envolvido com o ritmo das canções. Que os traços em tela ou quaisquer superfícies sejam colocados ao alcance de quem incorpora a magia do desenho, da expressão plástica. E que a representação das tragédias, dos romances e das comédias se torne parte da vida de quem solte o encanto dos gestos e das palavras.

Muitos professores têm feito essa inteligente opção, mesmo nas precárias condições de trabalho às quais são submetidos. Condições que impedem continuidade, que satisfazem pela beleza momentânea e pelas vontades

que se perdem, que se rendem às dificuldades que o sistema oferece. Dificuldades que rendem, muitas vezes, acomodação, rotina e desfaz a criação, o ímpeto para a novidade.

É nessa possível acomodação onde reside a vantagem e a novidade proposta pela Secretaria de Educação na Portaria nº 30 de 06 de fevereiro de 2006, em propor que “*O componente curricular Arte deverá ser considerado em sua dimensão total, como disciplina única, podendo ser trabalhadas suas várias formas de manifestação: cênicas, plásticas, música e dança, sendo vedada, contudo, a divisão de turmas*”.

Há pessoas que quebram a rotina, desalojam por serem revolucionárias, outras por serem reacioná-

as. Neste caso o benefício é por ser reacionária, mas benéfica por quebrar a rotina e produzir reação, indignação. Professores, estudantes e pais terão motivos para se inquietarem.

Os professores, por motivos de formação, de condições de trabalho e pela maneira virulenta adotada pela Secretaria de Educação, estão a ponto de fazer circular nos tribunais uma ação contra essa medida.

Os estudantes, os principais prejudicados, se manifestarão, se não por escrito ou nos debates, farão com a conspiração silenciosa, com o descaso que sempre fazem ao sentirem a imposição daquilo que não lhes diz respeito, que não sentem o menor sentido para suas vidas.

Os pais, ainda distantes da escola, viverão o desgosto de verem seus filhos sendo contrariados naquilo que têm como vocação, como potencial, do gosto pela cultura, pela Arte.

Professores, pais e estudantes entendem que Arte é vivência, é descoberta, é criação, é mais sentidos que razão, é viver a cultura.

Ao contrário, a Secretaria de Educação entende que Arte é “disciplina”, conhecimento pelo conhecimento, imposição de gostos e interesses. Nesse sentido concordo com os pedagogos reacionários defensores da idéia, aqueles que produzem a inquietação, o desassossego, a raiva.

Por isso devo reverência ao art. 53 da portaria 30, por ser muito bom. É bom porque irrita.

Professores de Arte, irrite-se!

Nonato Menezes
Diretor do SINPRO/DF

NÃO Pelo direito de escolha

Não concordamos com a alteração no componente curricular Artes, no Ensino Médio que propõe a mudança de dois ou mais professores, por turma, para um só professor por turma. O aluno, agora, não mais poderá escolher por uma das linguagens das Artes como até então fazia, ou seja, era dado ao aluno a oportunidade de optar ou pela linguagem Visual, ou Cênica ou Musical, por um semestre ou um ano letivo. Não concordamos com essa mudança, porque a Arte como trabalho, como atividade inventora, coloca os estudantes em condições de aprendizagem que vão além da contemplação do belo ou de uma crítica à realidade social e histórica de uma determinada obra ou conjunto de obras. A construção da identidade humana exige experiências de objetividade e subjetividade, de ato, vivências, ainda mais quando se trata de adolescentes, como é o caso dos alunos de Ensino Médio.

Em vez de negar, precisamos mais e mais que o aluno opere sua aprendizagem. Quando lhe é dada a possibilidade de escolher já lhe permite estabelecer com a escolha, um vínculo de compromisso de explorar e de se deixar explorar, de se descobrir como ser. Não é suficiente reconhecer um estilo, apreciar uma determinada obra e seu contexto, ou “ficar voando”, de modo superficial e insuficiente, pelo vasto mundo das artes. Escolher uma das linguagens em cada ano letivo significa ir além das análises. O aluno pode criar, fantasiar, esculpir, pintar, compor, representar, imaginar, disfarçar, dissimular, maquinar, cantar e outras tantas ações.

Que outro espaço têm os estudantes, de um modo geral, para exprimirem sen-

timentos e emoções? Criar uma realidade humana e espiritual como força afirmativa de sua vida, de sua potencialidade? Ora, se a evolução cognitiva das pessoas desemboca na independência de pensamento, na independência crítica, no aprender a aprender, se a formação da identidade é um processo complexo e cultural, como prescindir de uma ação educativa que melhor respon-

de a tais desafios? Se os professores estarão, a sua maioria, à disposição das regionais, isto é, não há carência maior de professores, por quê “raio” um burocrata se arvoa a uma intervenção tão atroz para a Educação da estudantada?

Esperamos que os professores que, no momento, não estão em sala de aula, mas, por força dos cargos

que ocupam na Secretaria de Educação do Distrito Federal podem alterar os modus operandis na escola, compreendam, (professores revestidos de autoridade) que a Educação só acontece numa relação de respeito, de conhecimento de causa, de avaliações exaustivas da pertinência ou não de trocas de metodologias, de procedimentos de ensino, de organização curricular. O que se espera dessas “autoridades” é a garantias de suporte material, técnico, de espaço de expressão do que fazem e podem fazer nossos alunos. Já há, no mundo em que vivemos, muita instabilidade social, política, pressões de toda ordem ameaçando a dignidade humana, inclusive as crianças e os jovens. Não há mais consenso para retro-

cesso. Não há como aceitarmos o que está posto.

A dinâmica da vida nos faz supor sempre melhorias. Mas não é essa a mensagem contida na portaria 30, art 53, que exige a permanência de apenas um professor de Artes, um generalista, por turma. Do ponto de vista legal até pode estar de acordo com a Lei, porém não atende as necessidades reais dos alunos. Atitudes como essa, que, no canto, no escritório, pela falta de imaginação (que é afinal fruto da ausência de uma fruição artística), acabam de avançar naquele propósito que já se tornou visível: o de enfraquecer ou mesmo ruir o Sistema Educacional público no Distrito Federal. Alguém, desavisado, pode lembrar dos bons resultados con-

seguidos pelo Distrito Federal, no *rank* nacional, propalados na imprensa. Por certo não se pode minimizar essas informações, no entanto, faz parte de nossa memória a força do pensamento criador de um Anísio Teixeira, e de tantos outros professores-pensadores que em suas unidades de ensino garantiram por muitas décadas os bons resultados que ainda colhemos. Não podemos nos omitir. Haveremos de ocupar todos os espaços imagináveis para reverter e avançar naquilo que são nossas crenças e naquilo que acreditamos ser melhor para nossos alunos. Que todo professor compreenda que essa luta é sua. Hoje é o professor de Arte que está na berlinda e amanhã? Só a união nos fará melhores.

Ana Jusselma Rangel,
professora do Ensino Médio – CEM 03 DO GAMA

Em vez de negar, precisamos mais e mais que o aluno opere sua aprendizagem



8 DE MARÇO

violência co



Donas de casa lutam por aposentadoria

Cerca de cinco mil mulheres participaram no dia 8 em Brasília da II Marcha Nacional pela Aposentadoria das Trabalhadoras Donas de Casa. A concentração começou em frente à Catedral e logo após as mulheres saíram em caminhada fazendo um painel até o Palácio do Planalto, com uma parada em frente ao Ministério da Previdência.

O objetivo da marcha foi entregar ao Governo Federal os milhares de abaixo-assinados recolhidos em todo o Brasil, exigindo a regulamentação do direito à aposentadoria para trabalhadoras sem renda e de baixa renda das donas de casa.

A luta pela aposentadoria das donas de casa começou em 2000, quando a deputada Luci Choinacki (PT-SC), por solicitação de um grupo de mulheres,

apresentou uma proposta de emenda à Constituição para garantir às donas de casa de baixa renda um salário mínimo aos 60 anos sem necessidade de contribuição, pois se entende que a contribuição dessas trabalhadoras já se dá durante toda vida, realizando trabalho doméstico não pago e não valorizado.

Então, as donas de casa apoiadas pelo movimento de mulheres, movimentos feministas, sindicatos, pastorais sociais, movimentos populares, saíram à luta pelas ruas de todo Brasil colhendo assinaturas para enviar ao Congresso Nacional, exigindo a votação da emenda constitucional.

Em 10 de março de 2003, mais de mil mulheres donas de casa entregaram ao presidente do Senado e da Câmara um milhão de assinaturas defendendo seus

direitos.

Em 2003, o governo do presidente Lula enviou ao Congresso Nacional a proposta de Reforma da Previdência, que incorporou o benefício em seus artigos 12 e 13. A deputa da Luci Choinacki já apresentou um projeto de lei de regulamentação da PEC que prevê o pagamento do benefício a mulheres sem renda ou com renda familiar de até dois salários mínimos, com 60 anos ou mais.

Para a deputada Luci Choinacki (PT-SC) é de fundamental importância sensibilizar o Governo Federal para a aposentadoria das donas de casa pobres do Brasil. “Nenhuma corrente de escravidão é quebrada sem união e muita luta. Por isso, precisamos continuar mobilizadas para garantir esse benefício”, convocou.

Neste oito de março perguntamos: a violência contra as mulheres é coisa do passado? O projeto Violência contra as Mulheres no DF, desenvolvido pelo Fórum de Mulheres do Distrito Federal por Joelma Cezário e Melissa Navarro, com apoio da Articulação de Mulheres Brasileiras, responde a essa pergunta. As fontes consultadas foram um jornal local, a Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (Deam-DF) e a Casa Abrigo de Mulheres Vítimas de Violência, ligada ao Conselho dos Direitos da Mulher-DF. Eis alguns dados por elas organizados.

No primeiro semestre de 2005, um jornal local noticiou 30 casos de violência contra mulheres, sendo 60%, homicídios. A maioria dessas mortes (61% delas) foi provocada por homens com quem a vítima tinha (ou teve) vínculo afetivo ou de parentesco (inclusive irmão e filho), ou por conhecido. Em segundo lugar, esteve a violência sexual (17% dos casos).

A Deam registrou 4.561 ocorrências, no ano de 2005, destacando-se 56,9% (2.482 casos) de ameaças e 34,3% (1.499 casos) de lesões corporais. A violência é progressiva: avança da ameaça ao espancamento, chegando, em alguns casos, ao assassinato. A violência doméstica e familiar compõe-se de um ciclo perverso, tendo a se repetir cada vez com maior intensidade e em menor intervalo de tempo. Assim, a alta incidência de ameaças nos indica grande número de mulheres vivendo sob riscos à saúde física e psíquica e a suas vidas.

A Casa Abrigo registrou, entre 2000 e 2004, 1.706 mulheres e crianças demandantes de seus serviços, em situação de extrema violência em suas casas. O Disque-De-núncia do CDM-DF fez 1.296 atendimentos, em 2004. O Disque Violência Contra a Mulher, implantado em 25 de novembro de 2005, pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, recebe, diariamente, entre 1.200 e 1.300 denúncias.

Há 30 anos, o assassinato de Ângela Diniz pelo marido, Doca Street, mobilizou as mulheres a retirarem do silêncio essa violência, com o objetivo de combatê-la e eliminá-la. Há 30 anos, a violência contra as mulheres brasileiras resiste. Que democracia pode conviver com a realidade retratada em dados persistentes e alarmantes de violência contra suas cidadãs?

O Estado brasileiro constituiu, em 1988, compromisso de criar mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações familiares (art. 226, parágrafo 8º). Pelos resultados da pesquisa, o preceito não vem sendo cumprido.

O Estado brasileiro assumiu compromissos internacionais, como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as formas de Discriminação contra a Mulher (Cedaw), ratificada pelo Brasil em 1984, com reservas, levantadas dez anos depois. Essa convenção estabeleceu a possibilidade de os Estados serem responsabilizados por deixarem de agir com diligência para prevenir violações de direitos e punir atos de violência privada. O país ratificou a Convenção de Belém do Pará, que declara em seu preâmbulo: “A violência contra

a mulher constitui violação dos direitos humanos e liberdades fundamentais; constitui ofensa contra a dignidade humana e é manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens”.

Constatamos resistência de um Estado patriarcal a honrar compromissos assumidos em instrumentos para promover o direito das mulheres a uma vida livre de violência — resistência à efetiva implementação das leis. O que constitui uma forma de violência institucional.

A não efetividade das leis, a tolerância com que as diversas formas de violência contra as mulheres vêm sendo tratadas, a perspectiva de impunidade com que contam os agressores reafirmam e, no limite, legitimam padrões patriarcais de convivência entre mulheres e homens. Os números da violência contra as mulheres não caem nem na capital, nem no país, revelando a forte resistência da sociedade e do Estado a mudanças substantivas. A persistência dos números fala de uma ordem social patriarcal que se reconfigura, resistindo, entretanto, a se transformar. A violência contra as mulheres é um dos núcleos duros do patriarcalismo.

Ana Liési Thurler
Doutora em sociologia,
integrante do Fórum
de Mulheres do Distrito Federal



Fazendo arte, trabalhando nas escolas, celebrando a alegria, as mulheres mostram sua garra e criatividade

D: Pelo fim da ntra as mulheres

Estudo mostra que custo do trabalho doméstico é de 12,76 % do PIB

Lavar, passar, cozinhar, cuidar dos filhos e administrar a casa. Se essas tarefas domésticas fossem pagas, seria necessária uma montanha de dinheiro do tamanho de R\$ 225,4 bilhões em 2004, uma fatia de 12,76% do Produto Interno Bruto (PIB, conjunto de todas as riquezas produzidas no país). Essa parcela é superior a tudo o que é produzido em um ano pela agricultura brasileira, que responde por 10% do PIB. Mas o trabalho doméstico permanece invisível no cálculo das Contas Nacionais brasileiras. Para tentar mostrar o quanto vale esse serviço, Hildete Pereira de Melo, Claudio Considera e Alberto Di Sabbato, economistas da Universidade Federal Fluminense (UFF), buscaram dados na Pesquisa Nacional por Amostra de

Domicílios (Pnad) e nas próprias Contas Nacionais brasileiras para mensurar a grandeza desse trabalho. Chegaram a um valor que surpreendeu até os pesquisadores.

— Esperava algo em torno de 5% do PIB. Esse valor foi bem maior que o esperado — disse Claudio Considera.

As mulheres gastam 26,57 horas por semana com a casa

Segundo Hildete, há metodologia para imputar valor de aluguel a imóveis usados pelos proprietários e que não geram renda, à educação e à saúde oferecidas pelo estado e sem valor de mercado.

— Por que, então, não há valor para o trabalho doméstico? Só pode ser discriminação contra as mulheres

— reclama Hildete, estudiosa da questão de gênero.

Enquanto as mulheres dedicaram 26 horas e 57 minutos a lavar louça, cozinhar e cuidar dos filhos em 2003, os homens reservaram apenas 11 horas, ou seja, 58% menos que o sexo oposto.

O percentual de 12,76% do PIB não chegou a espantar a socióloga Elisabete Dória Bilac, do Núcleo de Estudos Populacionais da Unicamp. Na opinião da pesquisadora, o trabalho em casa traz economia para família, mas é invisível aos olhos econômicos:

— Quando a mulher lava a roupa em casa, deixa de usar a lavanderia. Quando cozinha, não usa o restaurante. É um trabalho com valor econômico, sim. E o estudo mostra isso.



Secretaria de Gênero é conquista da categoria

Ao definir no último Congresso de Educação pela criação da Secretaria de Gênero, Raça e Sexualidade, a categoria demonstrou que entende a importância de uma instância específica para discutir a questão, até porque ela é majoritariamente feminina.

A militância sindical, neste caso em particular, não pode deixar de ter um olhar voltado para essas questões.

O Sindicato tem esse compromisso com a categoria, principalmente na ação pedagógica, subsidiando

as professoras a questionarem a forma como a escola reproduz as relações de preconceito e discriminação existentes na sociedade. É fundamental caminhar para a superação desta realidade.

Em abril de 2005, realizamos, em conjunto com o SAE (Sindicato dos Auxiliares de Ensino), o 1º Encontro de Mulheres Educadoras, onde foram debatidos temas como direitos sexuais e reprodutivos, violência contra as mulheres e uma política nacional para as

mulheres. O intenso debate com as mais de 500 participantes demonstrou que as mulheres que trabalham com educação estão ansiando por essa discussão. O segundo encontro já está marcado para o final de maio, na Contag.

Também realizamos um produtivo debate durante a Conferência de Educação, discutindo a ação pedagógica e as relações de gênero. Estamos abertos a sugestões das companheiras, no sentido de melhorar nossa atuação e debater temas que interessam a todas.



Delegadas do 7º Encontro Nacional sobre a mulher trabalhadora da CUT

Meta da CUT é erradicar toda forma de discriminação

No 7º Encontro Nacional sobre a Mulher Trabalhadora, realizado em Brasília de 25 a 27 de novembro de 2005, não se discutiu apenas o que ainda precisa ser feito para erradicar a desigualdade entre homens e mulheres. Com a participação de mais de 200 pessoas, o debate abordou também o racismo e o preconceito nos locais de trabalho. Segundo Maria Ednalva Bezerra de Lima, secretária Nacional sobre Mulher Trabalhadora da CUT, embora a política da central seja acabar com a discriminação de maneira geral, a questão da mulher negra se destaca.

“Quando olhamos o

mercado de trabalho o racismo aparece de forma mais explícita, porque a mulher negra ganha menos que o homem”, diz ela. Entre as diretrizes aprovadas no encontro como ações prioritárias da Central estão o apoio ao PL nº 4559/04, que agrava a pena aos crimes de violência contra a mulher, em especial aqueles cometidos por pessoas próximas; a implementação nas negociações coletivas de cláusulas que tratam da questão de gênero; incluindo o tema do assédio moral e sexual; a luta pela aplicação do Estatuto da Igualdade Racial, entre outras.

A entidade também de-

cidiu participar ativamente dos diversos momentos de discussão e demarcação de espaços de lutas no campo das políticas para as mulheres.

As deliberações serão encaminhadas para o 9º Congresso Nacional da CUT, a ser realizado em junho de 2006 e, após aprovação pela instância máxima da Central, serão detalhadas em ações pela SNMT/CUT (Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora). Uma das conclusões práticas do encontro é a implementação das secretarias de mulheres nas instâncias estaduais da CUT, proposta aprovada desde o 8º Concut.



Agende-se:

Dia 15/03 - 16h - lançamento do livro “Perspectivas e Críticas Feministas sobre as Reformas Trabalhista e Sindical e do folder “Um ponto de vista feminista sobre a Reforma Política” - salão nobre da Câmara dos Deputados.

Dia 17/03 - 18h - Show musical em homenagem às mulheres com a apresentação de artistas da cidade - Praça do Conic

Entrevista

Política de gênero sedimenta inclusão das mulheres



O Quadro Negro entrevistou a secretária-adjunta da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, Maria Laura Sales Pinheiro, que discorre sobre os avanços e novas diretrizes e metas da Secretaria para o ano de 2006. Ela destacou a valorização do trabalho doméstico como fundamental para a inclusão de mais de seis milhões de trabalhadoras que estão nesse mercado.

QN - Em três anos de governo, o que pode ser apresentado como avanço na definição de políticas públicas dirigidas às mulheres?

Maria Laura - Eu considero que a transversalidade de gênero nas políticas de todos os ministérios do Governo do Presidente Lula foi o maior avanço conquistado nestes últimos três anos e isso é negável. A definição de políticas, com o devido recorte de gênero, sedimenta a inclusão das mulheres na sociedade, pois as políticas universalistas não conseguem agregar aos que sofrem discriminação, aos que estão excluídos. E, neste contexto, várias ações realizadas dão esta dimensão.

Dentre as ações que considero mais importante é a que foi feita com o Programa Pró-Equidade de Gênero, que foi lançado em 2005. Ele incentiva as empresas públicas a adotarem ações de combate à discriminação no trabalho. Destaco esta ação, pois, apesar de sermos um contingente maior que o dos homens (86 milhões de mulheres e 83 milhões de homens), estes

ocupam 21% a mais dos postos de trabalhos que as mulheres e nossos rendimentos são 58,4% menor do que o deles.

Conseguimos agregar 15 empresas públicas que estão elaborando planos de ação que contemplam acesso, remuneração, ascensão e permanência das mulheres no emprego. Ao final do programa, a empresas receberão o Selo-Pró-Equidade – um reconhecimento de suas ações pela igualdade de gênero e raça. Para este ano o programa incluirá empresas e instituições do setor privado.

Destaco também que estamos pactuando com Estados e Municípios o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Este plano foi formulado a partir das decisões emanadas da I Conferência de Políticas para as Mulheres que ocorreu em julho de 2004 e que vem a ser o diferencial nas políticas de ponta, ou seja, são os compromissos que

estes estados e municípios têm com todas as mulheres brasileiras, desde as que vivem nas áreas urbanas, rurais, indígenas e quilombolas.

QN - Quais as ações previstas neste Plano Nacional?

Maria Laura - Tem sido estimulada, inclusive com apoio material por parte da SPM, a criação de mecanismos institucionais de políticas para as mulheres nas administrações municipais e estaduais sob a forma de secretarias ou coordenadorias da mulher vinculadas diretamente ao gabinete do governador/a ou prefeito/a. Desde o início da implementação do PNPM, o número desses mecanismos do executivo aumentou em quase dez vezes, estamos com 100 pactos formalizados atualmente. Como ação facilitadora da SPM para o fortalecimento da institucionalidade de gênero foi criado o Fórum de Organismos Governamentais de Políticas Públicas para as Mulheres, que tem se reunido regularmente em nível nacional e em encontros regionalizados.

Outra ação que julgo importante é a da implantação da Central de Atendimento à Mulher, o Ligue 180. Este serviço está capacitado a orientar as mulheres em situação de violência sobre seus direitos, procedimentos e locais mais próximos para atendimento. A sua ligação é gratuita e este serviço que funciona desde novembro de 2005 e atende em média 1.342 ligações por dia. A Central está funcionando de 7h às 18h40 de segunda a sexta-feira, em caráter experimental, e estamos ultimando

os procedimentos para que ela passe a funcionar em regime de 24 horas durante os sete dias da semana.

QN - Combater a violência contra a mulher, em especial aquela cometida pelas pessoas mais próximas, é uma das metas da secretaria. O que tem sido feito nesse campo?

Maria Laura - Como já citei anteriormente, o Ligue 180 é de fundamental importância no combate à violência, pois o serviço facilita o acesso das mulheres aos seus direitos. E a implementação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, durante o ano de 2003, trouxe um novo olhar no atendimento as mulheres em situação de violência, visto que esta política estimula a formação de Rede de Atendimento. As redes funcionam de forma integrada com os seguintes serviços: Centros de Referência; Delegacias Especializadas, Defensorias

Públicas, Casas-abrigo e Ouvidoria.

E para que estes serviços funcionem de forma articulada, ao longo destes três anos de gestão foram capacitados cerca de cinco mil profissionais em todo o país por ação direta da equipe técnica da SPM ou em parceria com o Ministério da Saúde, Ministério da Justiça/SENASP ou ainda através de convênios com organizações não-governamentais. Neste mesmo período foram capacitados 940 profissionais que atuam nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.

A SPM criou um Grupo de Trabalho com diversas entidades governamentais e elaborou-se o Projeto de Lei 4.559/2004. Tal projeto está em tramitação no Congresso Nacional e cria mecanismos para coibir a violência

doméstica e familiar contra a mulher, define a violência doméstica e estabelece suas formas. Cria capítulos específicos sobre assistência à mulher em situação de violência doméstica, com as medidas integradas de prevenção e sobre o atendimento pela autoridade policial e procedimentos específicos para os casos de violência doméstica. Aponta medidas protetivas de urgência, tanto as que obrigam o acusado como as que protegem a mulher em situação de violência doméstica. Esse projeto de lei já foi aprovado por unanimidade na Comissão de Seguridade Social e Família, na Comissão de Finanças e Tributação e na Comissão de Constituição e Justiça. Encontra-se atualmente, aguardando sua inclusão na ordem do dia do Plenário da Câmara, já tendo sido aprovado regime de urgência para o mesmo. Fora isso, a SPM tem estimulado a criação de Defensorias Públicas Especializadas da Mulher ou Núcleos Especializados nas Defensorias existentes. Apoiamos financeiramente a implantação de 14 Defensorias Especializadas desde 2003.

Investimos e apoiamos, também, a criação de novas casas-abrigo. Nossos recursos foram disponibilizados para 34 Casas-abrigo, entre 2003 e 2004. Estes apoios financeiros foram para reaparelhamento, manutenção ou criação de novas casas. Já em 2005, a SPM liberou recursos para a criação e/ou manutenção de mais 03 (três) Casas-abrigo. Parece pouco, mas preferimos centrar nossas ações na implantação de Centros de Referência, pois estes oferecem atendimentos psicológicos, sociais e jurídicos, assim como prestam serviços de orientação e informação às mulheres em situação de violência. Dos 48 Centros de Referência existentes no país, a SPM apoiou a criação e o reaparelhamento de 27 unidades em todas as regiões entre os anos de 2003 e 2004. Em

2005 foram apoiadas a implementação de mais 46 Centros de referência.

QN - Outra questão é a desigualdade no mercado de trabalho e a não remuneração do trabalho doméstico. A secretaria tem atuado para minimizar esses problemas?

Maria Laura - Com a aprovação da Emenda Constitucional nº 47 de 05-07-2005, que reconhece o trabalho doméstico, estaremos garantindo os direitos sociais a um segmento essencialmente feminina, negra, com baixa escolaridade e pobre. A desvalorização da atividade profissional do trabalho doméstico está relacionada com quem o realiza. Vemos que no geral são mulheres e na maioria das vezes negras e ao tipo de trabalho desempenhado. O tempo despendido das mulheres com a reprodução da vida, com o cuidado de pessoas que não podem se auto-cuidar (idosos, crianças, doentes, pessoas com deficiência), com ações essenciais para a própria manutenção das atividades produtivas tais como a educação, vestimenta, alimentação, saúde e abrigo não é contabilizado como válido para a organização social do trabalho, e este é fruto da expropriação do trabalho das mulheres.

Com a aprovação da Emenda Constitucional nº 47 de 05-07-2005, que reconhece o trabalho doméstico, estaremos garantindo os direitos sociais a um segmento essencialmente feminina, negra, com baixa escolaridade e pobre. Diz a EC, em seu art. 201, inciso 12: que disporá sobre o sistema especial de inclusão previdenciária para atender a trabalhadores de baixa renda e aqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios de valor igual a um salário-mínimo.

Há 15 empresas que elaboram planos de ascensão para a mulher

Nova sede do Sindicato

Conforme informamos no Quadro Negro de dezembro, compramos um imóvel no Setor de Indústrias Gráficas, para abrigar a nova sede do Sindicato dos Professores.

Há muito tempo precisamos de uma nova sede, maior, com espaços de fato adequados ao atendimento das professoras e professores, com o conforto e a comodidade que precisamos e merecemos.

Nosso sindicato é um

dos maiores do Brasil, considerando sua base sindical, sua arrecadação, seu patrimônio físico, ético, moral, sua militância, sua importância social, seu compromisso com a luta pela democracia, por melhores condições de vida e de trabalho, por melhores salários, por vida digna para todos, pela ética e respeito às diferentes formas de pensamento etc.

O Sindicato dos Professores é também referência na luta contra o preconceito racial, sexual, social e

contra qualquer tipo de discriminação, além de combater veementemente o desrespeito aos trabalhadores, à violência contra as mulheres. Enfim, é um sindicato cidadão, um importante instrumento de luta dos trabalhadores e, como tal, precisa de uma sede dinâmica, moderna e espaçosa.

Pela sua importância o Sinpro necessita de um espaço que seja compatível com a sua grandiosidade, que dê conforto aos professores que procuram

o atendimento às suas necessidades e que comporte a demanda pela organização da categoria para as suas lutas.

Nossa nova sede garantirá acesso tranquilo através do transporte público, estacionamento amplo, salas confortáveis e adequadas ao tipo de atendimento, como os problemas do Departamento Jurídico e das graves questões da saúde dos professores, com a privacidade que o caso requer.

As professoras e professores, terão, a partir de agora, uma sede que será motivo de orgulho até porque, ao término da reforma iniciaremos a construção, no mesmo edifício, de um teatro para aproximadamente 500 pessoas – o Teatro dos Professores – que abrigará apresentações culturais, assembleias, eventos políticos, de lazer, debates etc. para os professores e a sociedade brasileira.

A nova sede será inaugurada no dia 7 de abril,

sexta-feira. Em homenagem às mulheres e ao aniversário de 26 anos do Sinpro, promoveremos atividades culturais e serviremos um coquetel.

A programação completa será divulgada através de nossos meios de comunicação e da visita da diretoria às escolas. Aguardem!

Augusta Ribeiro
Coordenadora da Secretaria de Administração do Sinpro

CPI da Educação

Plano de Saúde aguarda sanção do governador

A Lei que criou o Plano de Saúde dos Servidores do GDF já foi encaminhado para a sanção do Governador. Em reunião com a comissão de negociação do Sinpro, a subsecretária de Gestão de Recursos Humanos Josélia Praça de Medeiros, informou que os técnicos do Governo estão analisando a lei aprovada pelos deputados e que ela poderá ser sancionada brevemente.

Outra informação im-

portante é que – segundo Josélia – o Governo também já está montando a estrutura para o funcionamento do Plano de Saúde.

É importante lembrar que o Sinpro-DF está acompanhando diariamente o andamento do projeto. “Conseguimos aprovar a Lei agora estamos acompanhando a implantação para que o nosso Plano de Saúde tenha a Qualidade que os professores merecem” ressalta Washington Doura-

do, coordenador da Secretaria de Saúde do Trabalhador do Sindicato. O Sinpro está, inclusive, se reunindo com outros sindicatos para pressionar o Governo a agilizar a implementação do projeto. Assim que a proposta for sancionada iremos explicar ponto por ponto todos os detalhes do projeto.

Se você quiser mais informações ou fazer sugestões pode utilizar o e-mail: saude@sinprodf.org.br

Relatório da CPI da Educação sai este mês

O Plenário da Câmara Legislativa aprovou em sessão extraordinária na terça-feira (21) o adiamento por mais 90 dias da conclusão dos trabalhos da CPI da Educação. O pedido foi feito pelo presidente e relator da CPI, Augusto Carvalho (PPS), e Paulo Tadeu (PT), respectivamente, devido à falta de dados dos sigilos bancários do BRB, da Re-

ceita Federal e o resultado do laudo de gravações realizadas pela Polícia Federal. A previsão anterior era de que na primeira semana de março o relatório seria divulgado.

O relator da CPI, deputado Paulo Tadeu, reclama da falta de colaboração do BRB. “Sem esses dados fica difícil fazer o cruzamento de informações, o que pode mostrar onde hou-

ve ou não fraudes”, afirma.

A CPI da Educação foi instalada em março do ano passado, com o objetivo de apurar irregularidades nas licitações de transportes escolares realizadas pela Secretaria de Educação, além das contratações temporárias de professores para a rede pública.

Liderança do PT / Aline Fonseca

CPI da Saúde recomenda indiciar ex-secretário e mais 16 pessoas

O relatório final da CPI da Saúde, realizada pela Câmara Distrital, recomendou ao Ministério Público o indiciamento de 17 pessoas pelos crimes de formação de quadrilha, enriquecimento ilícito, improbidade administrativa, prejuízo ao erário e sonegação fiscal, entre outros.

As penas previstas vão de três meses a 12 anos de prisão, além de multa e demissão. Os indiciados que

ainda continuam a trabalhar na Secretaria de Saúde, se condenados, poderão ser demitidos. Já os que foram exonerados poderão ter a exoneração transformada em demissão. Entre os acusados estão Arnaldo Bernardino Alves, ex-Secretário de Saúde do Governo do Distrito Federal; Naira Calvalcante da Costa Bernardino, médica da Secretaria de Saúde e esposa de Arnaldo Bernardino. Ainda no

serviço público; Adaíza Alves de Moura, irmã de Arnaldo Bernardino etc.

A CPI da Saúde, durante suas investigações, também se deparou com diversos crimes e o surgimento de outras quadrilhas na questão de aquisição, empréstimos, troca de medicamentos e outras irregularidades. A Comissão sugere que o governador do DF instaure processos administrativos disciplinares.

Autoritarismo e incompetência em São Sebastião

A capacidade de estar à frente da educação em uma Regional de Ensino pressupõe: respeito aos profissionais, respeito às leis, democracia nas decisões, planejamento e convivência com a pluralidade de idéias e divergências. Infelizmente a incompreensão de alguns diretores de regionais acerca de princípios elementares da democracia denuncia a sua competência. Exemplo, a professora Valéria, diretora da DRE-São Sebastião, é pródiga em nos apresentar.

A professora Valéria indicou para cargos de direção professores não pertencentes a carreira magistério do DF, violando a lei do DF nº 3086/02 e o ART.15 do decreto nº 23440/02. Diante de denúncia formulada anonimamente

ao Sinpro-DF, os professores foram exonerados imediatamente. No final do ano de 2005, o Sinpro-DF entrou com representação na Proeuduc-Promotoria de Educação do DF para averiguação dos fatos, solicitando inclusive, uma lista constando nome e matrícula de todos os ocupantes de cargos em comissão na SEE/DF, com objetivo de verificar se eles estão sendo ocupados por professores de carreira.

Conforme muitos educadores de São Sebastião, a profª Valéria encaminha suas ações no mais supremo autoritarismo, fazendo-nos recordar o famoso AI-5. Não raro, professores contratos temporários e efetivos, reclamam de humilhações sofridas na regional por parte da Diretora. Nas

contratações temporárias de 2006, vários professores ligaram para o Sinpro-DF denunciando que a Regional de Ensino não apresenta as carências existentes nas escolas, obrigando o professor a assumir de acordo com a disposição da Regional. Outro fator preocupante é a contratação de professores desobedecendo a ordem de classificação prevista em edital. Segundo professores da própria Regional, a profª Valéria costuma agir como quem busca beneficiar supostos apadrinhados.

A falta de planejamento é outro grave problema, e em 2005 a comunidade pagou caro pela sua incompetência. Exemplo disso, foi a utilização das dependências de um galpão para mais de 300 crianças da educação

infantil realizarem suas atividades em espaço sem iluminação adequada, com horário reduzido, sem lanche, sem nada. Como diretora de uma Regional de Ensino, a professora Valéria deveria observar os dados do IBGE que apontam o crescimento populacional da cidade, planejar e conferir o mínimo de dignidade às crianças. Ao contrário, a professora ignora a realidade e tenta a todo custo enganar a população “tapando o sol com sua peneira”. Após denúncia na imprensa dessa precária realidade, a professora e atual diretora da DRE-São Sebastião tentou impedir a entrada de diretores do Sinpro-DF no chamado “galpão”.

A mesma professora Valéria tentou boicotar assembléia regional do Sinpro-DF no

ano passado, ligando para as escolas e informando que não era para reduzir horário, buscando assim impedir a mobilização dos professores.

A exemplo do autoritarismo da diretora da Regional de Ensino, a direção do CAIC-UNESCO de São Sebastião adota a mesma postura, tratando com desrespeito os professores e professoras lotados na escola. Segundo muitos educadores e educadoras “ela não pede ela manda...”, tornando assim, a relação profissional muito difícil, a ponto de professores entrarem em depressão. O Sinpro-DF recebe, constantemente, reclamações via telefone e pessoalmente, solicitando, muitas vezes, que não sejam identifica-

A postura autoritária da Diretora Valéria, que bate na mesa e diz “quem manda aqui sou eu”, tem causado um desserviço à comunidade escolar de São Sebastião. Conviver com posições divergentes é o mínimo que se espera de uma educadora. Afinal de contas, educar é acima de tudo, um processo dinâmico e dialético. Quem não é capaz de perceber o potencial da educação como instrumento revolucionário, não está habilitado para estar à frente da Regional de Ensino, principalmente em cidade carente e órfã de infra-estrutura. Em tempo: quase 200 milhões foram desviados da educação no DF em 2005.

Garibel e Cláudia Bullos
Diretores do Sinpro-DF

Plano Habitacional: terrenos dependem de repasse da Terracap

O GDF anunciou que colocará a disposição um grande número de lotes e projeções para atender a programas habitacionais destinados a classe média e classe média baixa. É importante lembrar que estes terrenos serão repassados através de

licitação da Terracap.

Para atender a nossa categoria o Sinpro está reivindicando que o GDF crie um projeto nos moldes do que foi feito para os militares, ou seja, criar áreas específicas para atender os professores.

Outra proposta do Sindicato é que o GDF faça licitações sociais onde a disputa seja entre os servidores.

Este ano a Luta pela moradia continuará sendo tratada como prioridade pelo Sinpro.

Professores criam Cooperativa Habitacional

A COOHEDUC - Cooperativa habitacional dos Professores e Servidores da Educação do DF já está em pleno funcionamento. O objetivo da Cooperativa é aproveitar os programas habitacionais do Governo para possibilitar aos cooperados a aquisição da casa própria mais barato que o mercado e pagando o preço de custo. Interessados podem obter mais informações pelo contato:

Fone: 3333-4381
Site: www.cooheduc.org.br
e-mail: cooheduc@pop.com.br

Permutas

Nome: Vany dos Santos Correa
Disciplina: Atividades
Escola: CIEE 912 Sul
Permuta para: Taguatinga/ Samambaia (Centro de Ensino Especial)
Telefone: 3037.1706/9975.4913

Nome: Carla Gabriela
Disciplina: Atividades
Escola: CEF Mestre D’armas Planaltina/DF
Permuta para: qualquer local Planaltina ou Plano Piloto
Telefone: 8422.0702

Nome: Ana Lucia de Araujo
Disciplina: Atividades
Escola: CEF M. D’armas Planaltina/DF
Permuta para: Planaltina/Sobradinho/ Plano Piloto
Telefone: 8461.5657

Nome: Giselle Carolina Silvério
Disciplina: Atividades
Escola: CIEE 912 Sul
Permuta para: Ceilândia
Telefone: 9278.2136

Nome: Francineudo Pereira Lima
Disciplina: Arte (Artes Cênicas)
Escola: Escola Parque 210/211 Sul
Permuta para: P. Piloto/Tag./Sam./ Ceil./Rec./Sta. Maria (Para Ensino Médio e 5ª a 8ª série)
Telefone: 3359.7646/9559.7774

Nome: Maria Nilda do Nascimento
Disciplina: Geografia
Escola: CEF 02 Ceilândia
Permuta para: Ceilândia/Recanto/Samambaia (20h do noturno para o diurno)
Telefone: 3336.1424

Nome: Elisete Oliveira Vicente
Disciplina: Atividades
Escola: EC 501 Samambaia
Permuta para: qualquer escola do P Sul
Telefone: 3377.0462/8428.8489

Nome: Delma Carvalho
Disciplina: Português
Escola: CED 03 de Sobradinho
Permuta para: Plano Piloto
Telefone: 3272.8813

Nome: Rosemeire G Teixeira
Disciplina: Artes
Escola: Escola Parque 313/314 Sul (Urgente!)
Permuta para: Taguatinga
Telefone: 9816.6557

Nome: Edilson Fernandes
Disciplina: História
Escola: CEF 411 Samambaia
Permuta para: Taguatinga (CEF 05, CEM 06 e CEM 05)
Telefone: 9802.6814

Nome: Maria Regina Fernandes Pereira
Disciplina: Geografia
Escola: CEF 05 (408 Sul)
Permuta para: qualquer escola da Asa Sul com regência pela manhã (7ª e 8ª séries)
Telefone: 8116.2205/3321.3424



Educação

Secretarias divulgam eventos para o primeiro semestre

As secretarias para Assuntos Educacionais, de Formação, de Gênero, Raça e Sexualidade e de Saúde do Trabalhador elaboraram um extenso calendário de eventos para o primeiro semestre. São encontros, seminários e congressos em várias áreas de atuação. Confira o calendário e programe-se para participar.

DATA	EVENTO
18/03	Assembléia para escolha dos delegados para 4ª Turma de Formação de Delegados e Representantes Sindicais, que será realizado de 30 de março a 2 de abril. Local: STIU (SCS, Quadra 06 – Ed. Arnaldo Villares – 7º andar) Horário: das 9h às 13h
24/03	Encontro - A Educação Infantil e o Ensino Fundamental de 9 anos. Local: Subsede de Planaltina Horário: 19h
07/04	– 20h – inauguração da nova sede e comemoração aos 26 anos do Sinpro e do Dia Internacional da Mulher e lançamento do CD Quilombolas da Bahia e do livro de poesias do professor José Jorge, “Minudências”.
19/04	Encontro – Discutindo as Ciências da Natureza Local: auditório da nova sede do Sinpro-DF (SIG – Quadra 06) Horário: 19h
28 e 29/04	Seminário sobre Sexualidade Local: Contag
05 e 06/05	I Seminário da Educação de Jovens e Adultos – EJA Local: auditório da nova sede do Sinpro-DF (SIG – Quadra 06)
13/05	Encontro – Formação do Pedagogo e Orientadores Educacionais . Local: auditório da nova sede do Sinpro-DF (SIG – Quadra 06) Horário: das 9h às 13h
19/05	Encontro – A Linguagem em Discussão Local: auditório da nova sede do Sinpro-DF (SIG – Quadra 06) Horário: das 9h às 13h
20/05	Encontro – Seminário sobre Inclusão Local: auditório da nova sede do Sinpro-DF (SIG – Quadra 06) Horário: das 9h às 18h
26, 27 e 28/05	II Encontro de Mulheres Educadoras Local: Contag
02 e 03/06	Encontro – Gestão Democrática, Novas Tecnologias e Condições de Trabalho Local: auditório da nova sede do Sinpro-DF (SIG – Quadra 06) Horário: das 9h às 18h
09 e 10/06	Seminário sobre Saúde do Trabalhador Local: Contag
29/06 à 02/07	VII Congresso dos Trabalhadores em Educação Local: CTE – CNTI (Luziânia – GO) - Informações e inscrições para teses podem ser feitas com Joelma, no Sinpro.

Dicas do Quadro Negro

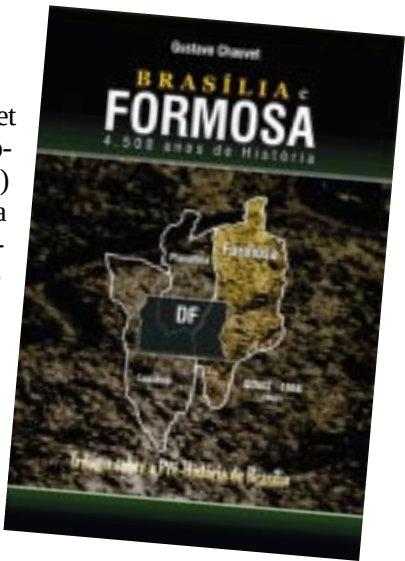
Livro revela a Pré-História de Brasília

O escritor e professor universitário Gustavo Chauvet lançou o livro “Brasília e Formosa – 4.500 anos de História”, que faz uma re-visita às histórias de Brasília (45 anos) e Formosa (162 anos). Em seu livro, Chauvet caminha para acontecimentos anteriores a inauguração da nova Capital Federal, em 21 de abril de 1960, descobrindo a pré-história de Brasília a partir de registros dos primeiros moradores de Formosa, datados de 4.500 anos atrás.

O livro é o primeiro de uma trilogia, que além de Formosa ligará Brasília a Planaltina e a Luziânia, ou seja, os três municípios que tiveram suas terras desapropriadas para que Brasília fosse construída.

A pré-história de Brasília é a história da terra e da gente que morava no Distrito Federal antes de 21 de abril de 1960. O Estado de Goiás viveu três momentos fundamentais na sua história: a descoberta de ouro pelo Anhangüera Filho em 1725, a construção de Goiânia no final dos anos 30 e a inauguração da nova capital federal no anos 60.

A pré-história de Brasília pertence a pré-história de Brasil, pois data de 4.500 anos atrás os primeiros moradores de Formosa. A pré-história de Brasília á a história dos índios habitantes das Minas dos Goiazes. **Contato com o autor pelo telefone 9644-0458**



Magdália e Eu

“Magdália e eu” é título do novo livro da professora aposentada Eulália Maria Maciel. É um livro que busca encontrar respostas para as dúvidas existenciais e ajuda os leitores a descobrir seus tesouros internos. A publicação é da Thesaurus Editora, com o apoio do Fundo Nacional de Cultura.

Sob o pseudônimo Laila de Araújo Maciel, a escritora publicou também “Soltando as amarras”, que conta a força e perseverança de Ester, personagem dinâmica, que no, no jogo da vida, enfrenta desafios e ciladas para sobreviver.

Eulália é autora de vários contos premiados. Seus livros podem ser adquiridos pelo site da Thesaurus (www.thesaurus.com.br) ou pelo telefone 3233-6729.

Modelo cubano erradicou analfabetismo na Venezuela

A Venezuela foi declarada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) um país livre do analfabetismo. A informação foi divulgada pela Agência Brasil, através de uma série de reportagens de Irene Lobo. O método utilizado naquele país foi o cubano, que agora será testado em um programa-piloto em três municípios do Piauí. Com este novo status a Venezuela atende o “Decênio das Nações Unidas para a Alfabetização”, lançado em 2003, cujo objetivo é erradicar o analfabetismo e garantir educação de qualidade para todos, jovens e adultos. O modelo cubano é utilizado em 17 países, entre os quais encontram-se a Argentina, Bolívia, Equador, México, Nice-rágua etc.

O programa cubano de alfabetização foi elaborado pelo Instituto Pedagógico Latinoamericano y Caribeño (Iplac), de Cuba. A finalidade é erradicar o analfabetismo na América Latina, já que segundo a Unesco existem mais de 860 milhões de analfabetos e 98% estão no terceiro mundo.

PARTICIPE!
III EBREM
Encontro Brasiliense de Educação Matemática
24,25 e 26 de março de 2006
Informações e inscrições:
www.mat.unb.br

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO PARA FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORES

- Inteligência multifocal aplicada à ciência da Educação
- Ineligência multifocal aplicada às relações familiares

Aula inaugural: dia 24 de março de 2006, com a presença do escritor Augusto Cury.
Informações pelos telefones 8464-7729/3036-3900/3032-5180

A JUVENTUDE TOMA AS RUAS

Irreverência na luta contra um dispositivo que acumula riqueza

Luís Brasilino (do *Brasil de Fato*)

Autônoma, apartidária, independente e horizontal. É assim que os militantes do Movimento Passe Livre (MPL) descrevem sua organização. Desde 2003, manifestações contra o aumento das tarifas vêm ganhando adeptos, ruas e noticiários do país.

As mobilizações são marcadas pela irreverência típica da juventude: são animadas, têm apelo, poder de convencimento e, principalmente, despertam desconforto nos governantes e nos empresários do setor de transportes.

Atualmente, Brasília e Juiz de Fora são o novo centro da luta pelo passe livre. Na capital federal, as manifestações começaram no dia 6 de janeiro, cinco dias depois do Governo do Distrito Federal (GDF) anunciar que a passagem de ônibus passaria de R\$ 1,60 para R\$ 2,00 e de R\$ 2,50 para R\$ 3,00. A mobilização aconteceu na rodoviária, assim como a do dia 13 de janeiro, que chegou a reunir mil militantes. Desde então, tem sido assim: todas as quintas-feiras, tem protesto pelo passe livre em Brasília.

A reação do poder público foi destemperada. No dia 26 de janeiro, Paulo Fona, porta-voz do GDF, esbravejou em entrevista a uma rádio: “Em breve, vamos começar a agir contra o grupo (MPL) nos campos policial, jurídico e político”. Como se o poder público pudesse atuar prévia e deliberadamente “contra” um indivíduo ou entidade da sociedade civil.

Criatividade

Os protestos do MPL têm sempre um elemento inusitado. A música e a dança estão sempre presentes. No Dia Nacional pelo Passe Livre (26 de outubro) de 2005, em São Paulo (SP), uma catraca de madeira acompanhou os manifestantes durante as passeatas. Em Fortaleza (CE), foi a vez de um ônibus em miniatura. Ao final, ambos serviram para acender uma fogueira.

Em Brasília, dia 13 de janeiro foi a data de estréia do Exército de Palhaços. Ao mesmo tempo em que ridicularizava as elites, o grupo descontraía os manifestantes nos momentos mais tensos. Os jovens fizeram um “escracho” na casa de Valmir Amaral, senador (PMDB-DF) e dono das maiores empresas de transporte da capital. Sob o comando de um personagem que criaram para o Exército de Palhaços, o “Valmir Imoral”, cantarolavam: “Ô Amaral, seu imoral, sua casa é bem maior que a Estrutural (referência a uma vila do Distrito Federal)”.

Segundo a liderança do MPL-DF, Maria Paiva Lins (o nome é falso), depois das declarações de Paulo Fona, a perseguição tem sido intensa. “No dia 2 de fevereiro, quatro pessoas foram presas. Duas na manifestação. E outras duas depois. Uma repórter do Centro de Mídia Independente(CMI) estava na frente da delegacia e foi interpelada por um policial que pediu que ela lhe entregasse as imagens que tinha registrado no protesto. Outros manifestantes pegaram as fitas e saíram correndo. Então, a polícia prendeu outros dois e tomou para si a gravação”, relata Maria.

Para saber mais informações sobre o movimento, basta acessar via Internet o blog vidasemcatracas.blogspot.com .

Deu no site

Justiça determina reintegração de professor

Por determinação da Justiça, o professor Marcelo Adson Queiroz foi reintegrado aos quadros da Secretaria de Educação por meio de ato do governador publicado no Diário Oficial do DF de 20 de dezembro de 2005. Corrigiu-se assim uma injustiça cometida contra o professor, que teve as avaliações do estágio probatório alteradas posteriormente pela diretoria da escola em que ele lecionava, na regional de Santa Maria.

Toda a confusão começou quando o professor precisou se afastar por um período de uma semana. Apesar de ter deixado tudo acertado, inclusive com o profissional que iria substituí-lo, quando retornou o professor Marcelo constatou que todo o seu material havia su-

mido. Quando foi conferir sua avaliação semestral, verificou que o item assiduidade tinha recebido nota baixa. Ele questionou e a nota foi retificada, mas qual não foi sua surpresa ao verificar que as avaliações dos outros semestres haviam sido alteradas, mas para baixo.

A sorte é que ele, prevenido, havia tirado cópias de todas as avaliações e com base nessas provas é que ele procurou a Justiça, que considerou irregular a alteração posterior das notas. Neste sentido ele faz um alerta aos professores: não deixem o controle de sua situação funcional apenas para as direções. Tenha sempre as cópias de documentos que lhe digam respeito para evitar que situações como essa possam ocorrer.

Vigilância Sanitária fecha EC 11 da Ceilândia

A Vigilância Sanitária interditou a Escola Classe 11 da Ceilândia por causa da instalação hidráulica e do estado dos banheiros. Faltam azulejos nas paredes, as portas estão enferrujadas e o teto caindo. O ralo sem tampa serve de esconderijo para os ratos. “A gente coloca remédio, mas tem muito rato. Não vence!”, justifica uma funcionária. A matéria foi divulgada no DF-TV que ao entrevistar uma criança levou ao ar: “Já que não tem como estudar no escuro, a gente fica no pátio brincando”. Os 650 alunos serão transferidos. O colégio tem 27 anos de construção e há dez precisa de uma reforma.

